

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
--------------	----

PREFÁCIO	19
----------	----

PARTE I

Fundamentos e fontes interpretativas

A RELEVÂNCIA DAS DIRETRIZES DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA DA OCDE PARA A INTERPRETAÇÃO DA LEI N. 14.596/2023	25
---	----

Ramon Tomazela Santos

1 Introdução	25
2 Considerações gerais sobre a interpretação jurídica	27
3 O papel das Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	30
3.1 A estrutura das Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	33
3.2 A relevância das Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE na interpretação da Lei n. 14.596/2023 e da Instrução Normativa RFB n. 2.161/2023	33
3.3 A consideração estática ou dinâmica das Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	39
4 Conclusões	43

O CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NA LEI 14.596/2023 E O CONCEITO DE PARTES RELACIONADAS	47
--	----

Alessandra Okuma

1 Introdução	47
2 Princípio <i>at arm's length</i>	48
3 Evolução da legislação brasileira de preços de transferência	50
4 O conceito de partes relacionadas na Lei 14.596/2023 e no direito privado	53

5 A nova Lei de Preços de Transferência e os Tratados para Evitar a Dupla Tributação (TDT)	57
6 As empresas associadas do art. 9º dos TDTs e a Lei de Preços de Transferência 14.596/2023	61
7 Considerações finais	65
8 Referências	66

PARTE II

Delineamento e reconhecimento da transação controlada

DELINEAMENTO DA TRANSAÇÃO CONTROLADA	71
<i>Ricardo Marozzi Gregorio</i>	
1 Os elementos da definição do delineamento	73
2 As relações comerciais ou financeiras	77
3 As características economicamente relevantes	81
3.1 Os termos contratuais	84
3.2 A análise funcional	86
3.3 A análise de risco	88
3.4 As características dos bens, direitos e serviços	90
3.5 As circunstâncias econômicas	91
3.6 As estratégias de negócios	92

PARTE III

Análise de comparabilidade e métodos

CONCEITOS DE “INTERVALO DE COMPARÁVEIS” E “PARTE TESTADA” – UMA ANÁLISE PRÁTICA COM BASE NO DIREITO COMPARADO E NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	97
<i>Igor Scarano Brandão</i>	
<i>Paulo Santana</i>	
1 Introdução	97
2 Parte testada	98
2.1 Conceito geral e aplicação no Direito Comparado	98
2.2 Disciplina na Lei n. 14.596/2023 e na Instrução Normativa n. 2.161/2023	103

2.3 Aspectos práticos e possíveis controvérsias	104
3 Intervalo de comparáveis	105
3.1 Conceito geral e aplicação no Direito Comparado	105
3.2 Disciplina na Lei n. 14.596/2023 e na Instrução Normativa n. 2.161/2023	110
3.3 Aspectos práticos e possíveis controvérsias	113
3.3.1 Uso do intervalo completo vs. uso do interquartil	113
3.3.2 Diferenças de abordagem na determinação do intervalo interquartil	116
4 Exemplo prático de aplicação dos conceitos de “parte testada” e “intervalo de comparáveis”	117
5 Conclusão	120

O INTERVALO DE COMPARÁVEIS, DADOS PLURIANUAIS E A EXCLUSÃO DE COMPARÁVEIS COM PREJUÍZOS RECORRENTES NAS NOVAS REGRAS BRASILEIRAS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: ANÁLISE DA LEI N. 14.596/2023, DA IN RFB N. 2.161/2023 E DAS DIRETRIZES DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA DA OCDE	121
---	-----

Cristiane Drumond

1 Introdução	121
2 O intervalo de comparáveis nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	123
2.1 O padrão <i>arm's length</i> e a construção do intervalo	123
2.2 O intervalo interquartil e o parágrafo 3.57	124
2.3 O teste dos defeitos de comparabilidade: parágrafo 3.62	127
3 O intervalo de comparáveis na legislação brasileira	129
3.1 O art. 16 da Lei n. 14.596/2023	129
3.2 Particularidade brasileira: uso obrigatório da mediana	131
3.3 O art. 47 da IN RFB n. 2.161/2023	134
3.3.1 Determinação do intervalo apropriado e os termos indeterminados do art. 7º	134
3.3.2 Confiabilidade, incertezas e a tautologia do art. 47, § 3º	136
3.3.3 O critério dos 20% da minuta e a referência ao PCT/OCDE	137
3.3.4 Comparação entre a minuta (consulta pública) e a versão final da IN n. 2.161/2023	138
3.4 O Anexo V: cálculo da mediana e do intervalo interquartil	139
3.4.1 Conceitos estatísticos preliminares: quantis, percentis e quartis	139
3.4.2 O procedimento do Anexo V: equivalência à função QUARTILE.INC	140

3.4.3 Exemplo numérico do Anexo V	141
3.4.4 A existência de métodos alternativos: QUARTILE.EXC e o método do IRS	142
3.4.5 Implicações para o contribuinte brasileiro	144
4 Dados plurianuais no método MLT	145
4.1 Fundamento nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	145
4.2 O Anexo III da IN 2.161/2023	146
4.3 Tratamento da parte testada: princípio da periodicidade	147
5 Exclusão de comparáveis com prejuízos do intervalo	148
5.1 Posição das Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE: parágrafo 3.65	148
5.2 Legislação brasileira: arts. 9º, § 2º, e 30, § 6º, III, da IN 2.161/2023	149
5.3 O Anexo III: rejeição do comparável “E”	149
5.4 Critérios para inclusão ou exclusão de comparáveis com prejuízos	150
5.5 Jurisprudência italiana: decisão da Suprema Corte (2024)	151
6 Jurisprudência internacional relevante	153
6.1 Casos espanhóis: flexibilidade no ajuste quando o resultado está fora do intervalo (2019 e 2023)	153
6.2 Caso suíço: o princípio da periodicidade (2024)	157
6.3 Implicações para o Brasil	158
7 Conclusão	159
 OS MÉTODOS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E SITUAÇÕES ESPECÍFICAS NA NOVA SISTEMÁTICA	163
<i>Luiz Felipe Centeno Ferraz</i>	
<i>Raphael de Campos Martins</i>	
1 Introdução	163
2 Os <i>Guidelines</i> como fonte do direito	167
3 Métodos aceitos para verificação do <i>arm’s length</i>	172
3.1 A análise de comparabilidade como pressuposto de aplicação dos métodos	174
4 Operações específicas	178
4.1 Mineração e as delimitações das definições de <i>commodities</i>	178
4.2 Intangíveis e os HTVI	180
4.3 Serviços intragrupo	183

4.3.1 Serviços de alto valor agregado	184
4.3.2 Serviços de baixo valor agregado (SBVA)	185
4.3.3 Comparação entre serviços de alto e de baixo valor agregado	188
4.4 <i>Cost Contribution Arrangements</i>	189
4.5 Reestruturação de negócios	192
4.6 Transações financeiras intragrupo	195
5 Considerações finais	196

DESAFIOS METODOLÓGICOS E LIMITES PRÁTICOS DA SEGMENTAÇÃO DE DADOS NA APLICAÇÃO DO MÉTODO MLT NO CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	199
---	-----

Camila Nasser

1 Introdução	199
2 A segmentação de dados na aplicação do MLT	202
2.1 A segmentação por contraparte	206
2.2 A segmentação por atividade ou linha de negócios	208
2.3 A segmentação “multidimensional”	209
3 Os desafios metodológicos da segmentação de dados	211
4 Conclusões	215

PARTE IV

Ajustes de preços de transferência

OS AJUSTES DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA À LUZ DA LEI N. 14.596/2023	219
---	-----

Bruno Cesar Fettermann Nogueira dos Santos

1 Introdução e delimitação do objeto de estudo	219
2 As regras de preços de transferência e o ALP	221
3 Os ajustes à base de cálculo de IRPJ e CSLL previstos pela Lei n. 14.596/2023	228
4 Os impactos dos ajustes de preços de transferência na apuração de outros tributos	232
5 Conclusões	238
6 Referências	239

O AJUSTE COMPENSATÓRIO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E SEUS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS	241
---	-----

Laura Kurth

Alex Jorge

1 Introdução	241
2 Os métodos de preços de transferência	242
3 O intervalo <i>arm's length</i> e sua aplicação por método	245
4 Os diferentes tipos de ajustes: OCDE, prática internacional e Brasil	246
4.1 Os ajustes nas Diretrizes da OCDE	247
4.2 O <i>year-end adjustment</i> na prática internacional	249
4.3 Os ajustes previstos na Lei n. 14.596/2023	254
5 A amplitude do ajuste compensatório no regime da Lei n. 14.596/2023	256
6 A repercussão em outros tributos e o art. 51 da Instrução Normativa RFB n. 2.161/2023	260
7 Conclusão	263
8 Referências	266

AJUSTE DE RISCO-PAÍS NO NOVO REGIME BRASILEIRO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: LIMITES NORMATIVOS, FUNDAMENTOS ECONÔMICOS E O CASO DAS EMPRESAS COM PERFIL DE RISCO LIMITADO	267
--	-----

Diego Marchant

1 Introdução	267
2 O novo regime brasileiro e a centralidade da análise de comparabilidade	269
2.1 O deslocamento do paradigma: das margens fixas ao princípio <i>arm's length</i>	269
2.2 A análise de comparabilidade e a função dos ajustes	270
2.3 O critério geográfico e a especificidade do risco-país	270
2.4 Os requisitos do art. 32 e a inexistência de dever genérico de ajuste	271
3 O ajuste de risco-país: fundamentos econômico-financeiros e diretrizes internacionais	272
3.1 Origem teórica: do CAPM clássico à segmentação de mercados	272
3.2 Definição econômica do prêmio de risco-país	272
3.3 Metodologias de mensuração	273
3.4 A evidência empírica: pouca correlação entre risco-país e margem operacional	274

3.5 As Diretrizes da OCDE e o Manual da ONU	275
4 Decomposição dos componentes do risco-país: o caso brasileiro	276
4.1 Risco de <i>default</i> soberano	276
4.2 Risco cambial	277
4.3 Risco macroeconômico	277
4.4 Risco político e institucional	278
4.5 Risco de liquidez e profundidade de mercado	278
4.6 Síntese: o prêmio composto e sua incidência	279
5 A confusão conceitual: prêmio de capital vs. custo operacional	279
5.1 Distinção entre ajuste de risco-país e “custo Brasil”	281
6 Empresas com perfil de risco limitado e o rompimento do canal causal	282
6.1 O perfil funcional da empresa com perfil de risco limitado	282
6.2 As hipóteses normativa e causal e a construção do argumento	283
6.3 Perfis funcionais que admitiriam o ajuste	283
7 Critérios para uma aplicação caso a caso do ajuste de risco-país	284
8 Panorama da jurisprudência estrangeira sobre o ajuste de risco-país	287
9 Consequências práticas para contribuintes e administração tributária	288
10 Conclusão	289
11 Referências	290

PARTE V

Commodities

O CONCEITO DE <i>COMMODITY</i> PARA FINS DE APLICAÇÃO DAS REGRAS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NO BRASIL: ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 14.596/2023	295
<i>Alexandre Siciliano Borges</i>	
<i>Caroline Andres de Castro</i>	
1 Introdução – preços de transferência e comparabilidade	295
2 Análise do conceito de <i>commodity</i> adotado anteriormente à Lei 14.596/2023 para fins de aplicação das regras de preços de transferência no Brasil	297
3 O conceito de <i>commodity</i> no contexto da comparabilidade de transações	299
4 O conceito de <i>commodity</i> no âmbito da OCDE e a redação introduzida pela Lei 14.596/2023	302
5 Conclusão	307

DO “PRÊMIO” AOS AJUSTES DE COMPARABILIDADE: QUALIDADE E INDETERMINAÇÃO NO CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE <i>COMMODITIES</i> NO BRASIL	309
<i>Amanda de Oliveira Valdo</i>	
1 Introdução	309
2 O regime da Lei n. 9.430/1996 e o conceito de prêmio para fins do PECEX	310
3 O regime da Lei n. 14.596/2023 e os ajustes de qualidade para <i>commodities</i>	313
3.1 A mudança de paradigma para o setor de <i>commodities</i>	313
3.2 Ajustes de qualidade	316
4 Qualidade e prêmio no mercado de minério de ferro	320
4.1 A multiplicidade de atributos qualitativos	320
4.2 A variabilidade na mensuração de atributos qualitativos	322
5 Conclusões	325

PARTE VI

Intangíveis, *royalties* e serviços

AS FUNÇÕES DEMPE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO: CONTEXTUALIZAÇÃO, DOGMÁTICA E CRÍTICA	331
<i>Luís Eduardo Schoueri</i>	
<i>Ricardo André Galendi Júnior</i>	
1 Introdução	331
2 As funções DEMPE nos trabalhos da OCDE	334
2.1 O problema pré-BEPS	334
2.2 A solução das Ações 8-10	336
2.3 O exame de funções DEMPE como parte da análise funcional	337
2.4 As letras do acrônimo e seu peso	338
2.5 O caráter inovador dos dispositivos concernentes a funções DEMPE	340
3 As funções DEMPE na lei brasileira	342
3.1 Os conceitos trazidos pela lei	343
3.2 A “titularidade” do intangível	346
3.3 A alocação dos resultados de transações que envolvam intangível	348
3.4 O delineamento de transações envolvendo intangíveis	349
4 Funções DEMPE, criação de valor e BEPS 2.0: o que há adiante?	352
5 Conclusões	355

O NOVO TRATAMENTO DE <i>ROYALTIES</i> E SERVIÇOS TÉCNICOS NO ÂMBITO DA LEI 14.596/2023 – ART. 44	357
<i>Marcos Aurélio Pereira Valadão</i>	
1 Introdução	357
2 Escorço histórico do tratamento da remessa de <i>royalties</i> e serviços de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante	358
3 A redação do art. 44 da Lei 14.596/2023 e seu histórico legislativo	364
4 Aspectos importantes do novo tratamento legal	367
4.1 Outro ponto relevante	369
4.2 Interação com os tratados de dupla tributação	369
5 Considerações finais	371
6 Referências	372

PARTE VII

Reestruturação de negócios

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DE NEGÓCIOS NO BRASIL	375
<i>Gustavo Carmona Sanches</i>	
<i>Arhayliz Travieso</i>	
1 Introdução	375
2 Contexto geral e relevância do tema	377
2.1 O que são reestruturações de negócios?	377
2.2 Impacto e relevância das operações de reestruturação de negócios no contexto internacional	379
3 Legislação internacional referente às reestruturações de negócios	380
3.1 Abordagem determinada pela OCDE para análise das operações de reestruturação de negócios	381
3.2 Desafios comuns da implementação do princípio <i>arm's length</i> nas reestruturações de negócios	383
3.2.1 Determinação da existência dessas operações	383
3.2.2 Determinação do pacote transferido – critérios de valoração	383
3.2.3 Impactos da implementação de tributação de saída da reestruturação de negócio	384

4 Desafios relacionados à tributação das operações de reestruturação de negócios no Brasil	385
4.1 Tributação quando o Brasil é a jurisdição cedente (saída)	385
4.2 Tributação quando o Brasil é a jurisdição de destino	390
4.3 A reforma da tributação sobre o consumo e a incidência do IBS e da CBS sobre reestruturações de negócios	392
4.3.1 Não incidência nas exportações e impactos para reestruturações <i>outbound</i>	393
4.3.2 Reestruturações <i>inbound</i> e a incidência do IBS e da CBS na importação	394
4.3.3 Ajustes espontâneos ou primários sem contraprestação e a (não) incidência do IBS e da CBS	394
4.4 Cenários de dupla tributação – ausência de art. 9º, § 2º, nos tratados para evitar a dupla tributação assinados pelo Brasil	395
5 Conclusão	395
6 Referências	396

A REDUÇÃO DO RISCO COMO LIMITE À COBRANÇA DE <i>EXIT CHARGE</i> EM REESTRUTURAÇÕES EMPRESARIAIS	399
---	-----

Gabriel Bez-Batti

1 Introdução	399
2 <i>Business restructuring</i>	400
3 Custos fixos e o <i>operating leverage</i>	402
4 Quando faz sentido a exigência de <i>exit charge</i> ?	405
5 <i>Business restructurings</i> na Lei 14.596/2023 e nas <i>Guidelines</i> da OCDE	409
6 Conclusões	414
7 Referências	414

PARTE VIII
Mecanismos de simplificação e solução de controvérsias

AMOUNT B DO PILLAR ONE COMO MEDIDA DE SIMPLIFICAÇÃO NO SISTEMA BRASILEIRO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	419
--	-----

Marco Antonio Moreira Monteiro

1 A tensão entre o <i>arm's length</i> e as fórmulas	420
1.1 Desafios na aplicação do princípio <i>arm's length</i>	420
1.2 Imperfeições das fórmulas e <i>safe havens</i>	422
1.3 A convivência entre <i>arm's length</i> e fórmulas: o estágio atual	423
2 Medidas de simplificação: o art. 37 da Lei n. 14.596/2023	425
3 Margens presumidas, <i>safe havens</i> e o conceito constitucional de renda	425
4 O <i>Amount B</i> do <i>Pillar One</i> : detalhamento da proposta da OCDE	427
4.1 Objetivos e contexto	427
4.2 Escopo de aplicação e critérios de qualificação	428
4.3 Método aplicável e a <i>pricing matrix</i>	430
4.4 Mecanismo de disponibilidade de dados (<i>data availability mechanism</i>)	432
4.5 Implementação: opções e compromisso político	433
5 A conveniência da adoção do <i>Amount B</i> pelo Brasil	433
6 Referências	437

ADVANCE PRICING AGREEMENT (APA) E MUTUAL AGREEMENT PROCEDURE (MAP) NA LEI 14.596/2023	439
---	-----

Gisele Barra Bossa

André Araújo de Matos Novaski

André Otávio Ferreira Boin

Introdução	439
1 <i>Advance Pricing Agreement</i> (APA) e <i>Mutual Agreement Procedure</i> (MAP)	441
1.1 Espécies de APAs e o APA MAP	445
2 A ausência do APA na Lei n. 9.430/1996 e o APA MAP na IN 1.846/2018	447
3 Os mecanismos na Lei n. 14.596/2023	453
3.1 A instituição do APA na legislação brasileira	453
3.2 A modificação no APA MAP brasileiro	458
Conclusões	461
Referências	463

PARTE IX

Interações sistêmicas e reflexos em outros tributos

A SOBREPOSIÇÃO ENTRE REGRAS CFC, REGRAS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E REGRAS DE SUBCAPITALIZAÇÃO: O ART. 86 DA LEI FEDERAL N. 12.973/2014 E O COMBATE À DUPLA TRIBUTAÇÃO DOMÉSTICA	469
<i>Fernando Daniel de Moura Fonseca</i>	
<i>Aluizio Porcaro Rausch</i>	
Introdução	469
1 A literalidade do art. 86 da Lei Federal n. 12.973/2014	474
2 Os possíveis cenários de descompasso material	481
3 Propostas de interpretação do art. 86 da Lei Federal n. 12.973/2014	493
Conclusões	495
AJUSTES DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NA IMPORTAÇÃO DE BENS: REFLEXOS NO IBS E NA CBS	497
<i>Alessandra Okuma</i>	
1 Introdução	497
2 Fato gerador do IBS e da CBS nas operações entre partes relacionadas	498
3 Base de cálculo do IBS e da CBS: operações internas e de importação	500
4 Modalidades de ajuste de preços de transferência na Lei n. 14.596/2023	503
5 O conceito de valor aduaneiro: reflexos dos ajustes de preços de transferência sobre o IBS e a CBS na importação de bens	505
6 A controvérsia em tribunais internacionais	508
6.1 Caso Arcomet (C726/23)	508
6.2 Caso Hamamatsu (C529/16)	510
7 Conclusões	511
8 Referências	512